

## Um milhão de Cartas\*

*Silvio Caccia Bava*

*Silvio Caccia Bava é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.*

*Publicado em: 07/04/2004*

Amanhã será lançada uma nova campanha. Os movimentos populares que lutam por moradia querem enviar um milhão de cartas para o presidente Lula, cobrando a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular. Há 12 anos atrás, em 1992, estes mesmos movimentos encaminharam ao Congresso Nacional o primeiro projeto de lei de iniciativa popular, com a proposta de criação desse fundo. Foi uma grande vitória. E para apresentá-lo conseguiram o apoio de um milhão de assinaturas.

Mas até hoje toda essa mobilização não foi suficiente. E é por isso que os movimentos populares continuam a sua luta. Hoje, num novo cenário político tendo Lula à frente do governo federal, esses' movimentos populares apresentam a demanda: é preciso garantir recursos para que a moradia seja respeitada como um direito. E é preciso garantir que a gestão destes recursos seja feita em conjunto com as entidades e movimentos populares.

Estão sendo dados passos importantes para assegurar este direito. Com a criação do Conselho Nacional das Cidades, que conta com a participação de representações da sociedade civil, criou-se o mecanismo de gestão que pode assegurar a transparência na gestão e o controle social sobre os recursos destinados para essa política. Os recursos também já foram identificados. Para este ano estão destinados R\$ 7 bilhões, que vêm do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Orçamento Geral da União (OGU). Ainda é pouco para enfrentar o tamanho do déficit habitacional brasileiro, estimado em 6,5 milhões de moradias, mas já permite montar a política, seus gestores, seus controles. E é justamente aí que a iniciativa popular esbarra em resistências.

É o Conselho Nacional das Cidades quem vai gerir estes recursos, como quer uma ampla gama de entidades e movimentos da sociedade civil? Se os recursos forem para o Fundo Nacional de Moradia Popular, este dinheiro passa a estar carimbado, não pode ser desviado para outras finalidades, não pode, por exemplo, ser contingenciado (retido pelo Ministério da Fazenda), como foi o próprio orçamento do Ministério das Cidades no ano passado. Ao que parece, o governo está discutindo internamente estas questões para poder chegar a um acordo e responder às demandas dos movimentos populares.

Um teto para morar é um passo fundamental e estrutural para retirar da pobreza grande parte da população urbana mais pobre do país. Com a prioridade agora das regiões metropolitanas nas ações do Programa Fome Zero, a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular vem a calhar.

A dificuldade, que se arrasta há muitos anos e chega até hoje, é decidir que uma parte deste financiamento para moradia popular tem de ser uma doação. Não pode ser cobrada. A outra parte tem de ser oferecida com condições de financiamento subsidiadas, para que os pobres possam pagar. Se na Costa Rica, que é um país muito mais pobre que o Brasil, os sem-teto recebem a doação de U\$ 5.000,00 para construir sua moradia, e depois tomam empréstimos subsidiados, será que o Brasil não tem condições para investir na sua gente?

O Censo de 2000 identifica que 4.410.385 famílias têm renda mensal inferior a 3 salários mínimos. Identifica também que 83% do déficit habitacional urbano está neste grupo. E, se considerarmos as famílias com renda mensal de até 5 salários mínimos, então veremos que 92% do déficit habitacional se concentra nesse grupo. Está claro que enfrentar o déficit de moradia popular significa formular políticas habitacionais para estas famílias com renda de até 5 salários mínimos.

Estão à frente desta mobilização pela aprovação do Fundo Nacional de Moradia Popular importantes entidades nacionais: a Central de Movimentos Populares (CMP), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Estas entidades ainda contam com o apoio do Fórum Nacional de Reforma Urbana e da Articulação Estadual pelo Direito à Cidade.

Essas entidades e movimentos estão convidando você para participar do lançamento da campanha por um milhão de cartas para o presidente, que acontecerá amanhã, dia 7, no Sindicato dos Bancários, na Rua São Bento, 413, às 12 horas.

\*Texto originalmente publicado no Diário de São Paulo de 06 de abril de 2004.